

Argumentos põem relator frente a dilema

Magalhães desconfia da tese das sobras de campanha, mas admite que é uma "batata quente"

BRASÍLIA — O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), afirmou ontem que o depoimento do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) deixou o Congresso num dilema. Para ele, ao justificar o movimento de US\$ 1,6 milhão em suas contas bancárias como contribuição de campanha, Genebaldo teria depositado "uma batata quente" nas mãos do Congresso. "Se decidirmos que os restos de campanha devem ficar com os candidatos ou cabos eleitorais, devemos absolver o senhor Paulo César Farias", explicou.

Os argumentos usados por Genebaldo no depoimento não convenceram o relator da CPI. Ele levantou dúvidas sobre a origem

eleitoral dos depósitos em suas contas e fez uma advertência: "Se o senhor não conseguir, com estudos, interpretações de direito comercial e contabilidade, nos demonstrar que este ingresso de dinheiro teve ligação com a campanha eleitoral, vai ficar muito difícil aceitar suas justificativas". De acordo com Magalhães, o principal motivo de suas dúvidas é que mesmo em ano não eleitoral, como 1991, o ingresso de dinheiro nas contas do líder licenciado do PMDB ficou em torno de US\$ 20 mil mensais.

Magalhães acredita que o País ficará numa situação difícil caso o Congresso absolva Genebaldo, levando em consideração que o volume alto de dinheiro tem origem em recursos de campanha doados

por empresas, o que é proibido por lei. "O senhor Paulo César Farias não será mais um bandidão", argumentou. "Talvez um bandidinho."

O ex-presidente Fernando Collor também justificou o dinheiro depositado em contas de fantas-

mas, que abasteciam suas despesas pessoais e da Casa da Dinda, como sobras da campanha à Presidência. No caso de Collor, as sobras foram superiores a US\$ 50 milhões. O mesmo argumento vai ser utilizado na CPI

pelo ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Ao responder a uma pergunta do deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), que o indagou se achava ético ficar com o dinheiro da campanha, Genebaldo afirmou: "Depende do senso ético de cada um".

SE
ACEITARMOS,
DEVEMOS
ABSOLVER PC

José Varella/AE



O deputado Roberto Magalhães